

# BOLETIM REGULATÓRIO

Direito Administrativo | Regulação | Principais Notícias



## SOBRE O PROJETO REGULAÇÃO EM NÚMEROS

O “Regulação em Números” é um projeto institucional da FGV Direito Rio, que tem três missões principais: (i) produzir e difundir conhecimento sobre a atividade regulatória do país; (ii) contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório nacional; e (iii) fomentar boas práticas em regulação.

Desenvolvido no âmbito do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) da FGV Direito Rio, o Regulação em Números reúne pesquisas empíricas, sobretudo de natureza quantitativa, sobre (i) Mecanismos de Participação (audiências e consultas públicas) das agências reguladoras federais, (ii) produção normativa dos órgãos reguladores, (iii) Controle político/legislativo das agências reguladoras e (iv) Controle externo das agências reguladoras.

## EQUIPE DO PROJETO

### *Coordenadores*

Sérgio Guerra  
Natasha Schmitt Caccia Salinas  
Patrícia R. P. Sampaio  
Péricles Gonçalves Filho

### *Pesquisadores*

Lucas Thevenard Gomes  
Gabriela Borges Silva  
Luiz Guilherme Pessoa Cantarelli  
Luiza Castello Branco  
Rafael Nascimento

## **Giro de Notícias**

**Privatização da Eletrobras: Veja os próximos passos e o que muda com a venda da estatal**

**Com alto investimento no Futebol, sites de apostas esperam regulamentação**

**Cade condena cartel no mercado de resina e fixa multa de R\$ 46,8 milhões**

**Vendas de produtos à base de cannabis medicinal de importação mais que dobram no Brasil**

**Projeto de lei sobre criptoativos está pronto para votação na Câmara, diz relator**

**Aumento de insumos pressiona contratos. Concessionárias de rodovias e construtoras de obras públicas defendem reequilíbrio econômico**

**ANTT diz que ainda não reajustará tabela do frete porque teto de 5% não foi atingido**

**EcoRodovias vence leilão da Rio-Valadares (BR-116/465/493/RJ/**

## **SISTEMA FINANCEIRO**

### **BC faz consulta pública sobre novas regras relacionadas ao mercado cambial brasileiro**

Em 13 de maio de 2022, o Banco Central do Brasil (BCB) instituiu a Consulta Pública BCB nº 90/2022, que divulga propostas de atos normativos relacionados ao mercado de câmbio brasileiro. Essas normas regulamentam a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil. Essa lei, que entrará em vigor em 31 de dezembro de 2022, busca modernizar, simplificar e trazer segurança jurídica em relação a tais assuntos. Os interessados do mercado de câmbio e a sociedade em geral poderão enviar sugestões e comentários até 1º de julho de 2022.

### **Conselho da OCDE aprova adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização**

Em 10 de maio de 2022, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) convidou o Brasil a aderir a dois instrumentos basilares desse organismo internacional: o (i) Código de Liberalização de Movimentos de Capital, que refere-se a recomendações para regulamentação do fluxo financeiro internacional, incluindo pagamentos, transferências, empréstimos, investimentos, além de compra e venda de moeda estrangeira e o (ii) Código de Liberalização de Operações Correntes Intangíveis, que diz respeito a prestação de serviços de forma transfronteiriça.

### **CVM edita 27 novas Resoluções relacionadas ao Decreto 10.139/19**

Em 20 de maio de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou um total de 27 novas Resoluções, que não possuem alterações de mérito em relação às normas revogadas. A mudança tem o objetivo de revisar e consolidar atos normativos inferiores a decreto, conforme determinado pelo Decreto 10.139/19. As novas resoluções entrarão em vigor na data de 1º de julho.

**[ANTT realiza Encontro de Articulação Setorial sobre transporte rodoviário de cargas](#)**

**[ANTT realiza leilão da BR-116/465/493/RJ/MG](#)**

**[Tarifas aeroportuárias do Galeão e de Confins são reajustadas em 12%](#)**

**[API disponibilizado pela ANAC viabiliza mercado de aplicativos do Diário de Bordo](#)**

**[Anvisa recebe pedido de registro da vacina Convidecia](#)**

**[Anvisa adota medidas sobre chocolates da marca Elite por suspeita de contaminação por bactéria](#)**

**[Anvisa aprova mais três produtos de Cannabis para uso medicinal](#)**

**[Anatel autoriza venda do controle da V.tal](#)**

**[Cessão Onerosa: estados e municípios recebem repasse de R\\$ 7,7 bilhões](#)**

**[Com previsão de bagagem gratuita, MP do Voo Simples volta à Câmara dos Deputados](#)**

**[Reguladores do sistema financeiro publicam resolução conjunta sobre a interoperabilidade no Open Finance](#)**

Em 20 de maio de 2022, os órgãos reguladores e supervisores do mercado financeiro e de seguros publicaram a Resolução Conjunta nº 5/2022, que dispõe sobre a interoperabilidade no Open Finance. A norma foi definida em trabalho conjunto pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelo Banco Central do Brasil (BC) e aprovada e publicada pelo BC, Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A publicação da Resolução Conjunta traz maior clareza e regramentos para a interoperabilidade no âmbito do Open Finance.

**[Susep divulga Síntese Mensal com dados do setor em março](#)**

Em 13 de maio de 2022, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou a Síntese Mensal dos principais dados relativos ao desempenho do setor de seguros em março de 2022. As informações foram obtidas a partir dos dados encaminhados pelas companhias supervisionadas. Na edição de março de 2022, dentre os principais destaques: (i) A arrecadação do setor supervisionado nos três primeiros meses de 2022 foi de R\$ 82,14 bilhões, o que representa crescimento de 15,4% em relação ao mesmo período de 2021, quando foram movimentados R\$ 71,16 bilhões; (ii) Os segmentos de seguros apresentaram crescimento de 15,8% no primeiro trimestre de 2022, em relação a 2021. (iii) Foram arrecadados R\$ 72,19 bilhões nos três primeiros meses de 2022. Nos seguros de pessoas, o grande destaque foi o seguro de vida, que atingiu o montante de R\$ 6,19 bilhões nos três primeiros meses do ano. O valor corresponde a um crescimento de 18,2% em relação ao mesmo período de 2021.

**[Previc publica Resolução nº 10/2022](#)**

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) publicou a Resolução Previc nº 10, de 3 de maio de 2022, que dispõe sobre os procedimentos para o requerimento de licenciamento e a operacionalização de transferência de gerenciamento de planos de benefícios de caráter previdenciário.

## JURISPRUDÊNCIA

### *Supremo Tribunal Federal*

DIREITO ADMINISTRATIVO  
- CONCURSO PÚBLICO.

DIREITO

CONSTITUCIONAL -

DIREITOS E GARANTIAS

FUNDAMENTAIS. Isenção

da taxa de inscrição em

concurso público a

servidores públicos

estaduais - ADI 5818/CE e

ADI 3918/SE

É inconstitucional lei estadual que isenta servidores públicos da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela

Administração Pública local, privilegiando, sem justificativa razoável para tanto, um grupo mais favorecido social e economicamente. ADI 5818/CE, relator Min. Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Min. Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 13.5.2022.

## TRANSPORTES

### **Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)**

#### **ANTAQ realizou audiência pública sobre resolução de conflitos entre regulados**

Em 5 de maio, a ANTAQ realizou audiência pública virtual, para obter contribuições visando ao aprimoramento da proposta de norma que estabelece os procedimentos administrativos para resolução de conflitos entre os agentes do setor regulado pela Agência.

#### **Relatório de Gestão 2021 da ANTAQ está disponível para consulta**

Em 03 de maio, a ANTAQ disponibilizou, em sua página na internet, o seu Relatório Anual de Gestão e Atividades relativo ao exercício 2021. A publicação apresenta a estrutura organizacional, aspectos contábeis e gerencias da Agência. O documento também apresenta as principais atividades desenvolvidas, resultados alcançados, assuntos sociais, ambientais, inovações e demais ações que geraram impactos positivos à economia brasileira por meio da prestação de serviços públicos realizada pela Agência.

#### **ANTAQ aprova contribuições de audiência pública sobre concessão do Porto de São Sebastião (SP)**

Em 20 de maio, a ANTAQ aprovou a análise das contribuições relativas ao aprimoramento da documentação para o processo licitatório da concessão do Porto de São Sebastião (SP). Ao todo, a Agência recebeu 239 contribuições. Os documentos aprovados serão encaminhados ao Ministério da Infraestrutura, que dará continuidade ao processo de desestatização.

DIREITO ADMINISTRATIVO  
- SERVIDOR PÚBLICO;  
LICENÇAS E

AFASTAMENTOS. Extensão  
da licença-maternidade a  
servidor público pai solo -  
RE 1348854/SP (Tema 1182  
RG)

Tese fixada: “À luz do art. 227  
da Constituição Federal, que  
confere proteção integral da  
criança com absoluta  
prioridade e do princípio da  
paternidade responsável, a  
licença maternidade, prevista  
no art. 7º, XVIII, da CF/88 e  
regulamentada pelo art. 207  
da Lei 8.112/1990, estende-se  
ao pai genitor monoparental.”  
RE 1348854/DF, relator Min.  
Alexandre de Moraes,  
julgamento finalizado em  
12.5.2022.

DIREITO ADMINISTRATIVO  
- ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA; CARGOS EM  
COMISSÃO.

Tribunal de Contas  
estadual: requisitos  
constitucionais para a  
criação de cargos em  
comissão - ADI 6655/SE

É inconstitucional a criação  
de cargos em comissão sem a  
devida observância dos  
requisitos indispensáveis  
fixados pelo STF. ADI 6655/  
SE, relator Min. Edson  
Fachin, julgamento virtual  
finalizado em 6.5.2022

## TRANSPORTES

### Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

#### ANTT aprova 4ª Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória

Em 12 de maio, a ANTT aprovou, na Reunião de Diretoria, a 4ª Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória para o biênio 2021/2022, com o objetivo de incluir o projeto “Regulamentação das Autorizações Ferroviárias”, no portfólio do “Eixo Temático 4: Transporte Ferroviário de Cargas”. A solicitação foi realizada pela Superintendência de Transporte Ferroviário (Sufer), com base na edição da Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, que criou a possibilidade de exploração de ferrovias mediante outorga de autorização.

#### ANTT altera as tarifas de pedágio da ViaBahia

Em 20 de maio, a ANTT publicou, através da Deliberação nº 179/2022, a manutenção das tarifas aprovadas aprovadas na 9ª Revisão Ordinária, a 12ª Revisão Extraordinária, a aplicação do desconto de reequilíbrio e o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio da concessionária.

### Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

#### ANAC divulga principais ações realizadas em 2021

Em 13 de maio, a ANAC divulgou o Relatório de Gestão e Atividades 2021. O documento apresenta o balanço das principais ações e resultados obtidos pela Agência ao longo de 2021.

#### ANAC divulga Boletim de Monitoramento do Consumidor.gov.br anual de 2021

Em 10 de maio, a ANAC divulgou o Boletim de Monitoramento o Consumidor.gov.br – Transporte Aéreo, referente ao ano de 2021.

## *Superior Tribunal de Justiça*

REsp 1.857.098-MS, Rel.  
Min. Og Fernandes,  
Primeira Seção, por  
unanimidade, julgado em  
11/05/2022. (Tema IAC 13).  
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Tema: direito de acesso à  
informação ambiental.  
Princípios da máxima  
divulgação e favor informar.

Destaques:

Tese A) O direito de acesso à  
informação no Direito  
Ambiental brasileiro  
compreende: i) o dever de  
publicação, na internet, dos  
documentos ambientais  
detidos pela Administração  
não sujeitos a sigilo  
(transparência ativa); ii) o  
direito de qualquer pessoa e  
entidade de requerer acesso a  
informações ambientais  
específicas não publicadas  
(transparência passiva); e iii)  
direito a requerer a produção  
de informação ambiental não  
disponível para a  
Administração (transparência  
reativa);

Tese B) Presume-se a  
obrigação do Estado em favor  
da transparência ambiental,  
sendo ônus da Administração  
justificar seu  
descumprimento, sempre  
sujeita a controle judicial, nos  
seguintes termos: [...]

## VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**

#### **Anvisa atualiza medidas sanitárias a serem adotadas em aeroportos e aeronaves**

Em 12 de maio, a Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou a alteração da Resolução RDC nº 456/2020, a fim de permitir a flexibilização das medidas sanitárias a serem adotadas em aeroportos e aeronaves, em virtude do encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência pelo coronavírus.

#### **Anvisa mantém regras para importação de imunoglobulina humana**

Em 12 de maio, na Reunião Ordinária Pública, a Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou, por unanimidade, a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 563, de 15 de setembro de 2021, editada no contexto da declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), e que possibilita a importação de imunoglobulina humana sem registro na Anvisa, em caráter excepcional e temporário, por pessoas jurídicas de direito privado e por órgãos públicos.

#### **Anvisa atualiza normas editadas durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)**

A Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou em 12 de maio resolução que define medidas de transição no que diz respeito às normas editadas especificamente para o combate à pandemia de Covid-19, durante a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

#### **Anvisa atualiza e prorroga regra de uso emergencial de vacinas e medicamentos**

Anvisa aprovou a prorrogação da validade das Autorizações de Uso Emergencial (AUEs) de medicamentos e vacinas para Covid-19.

i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente;

Tese C) O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas sobre o imóvel, de interesse público, inclusive as ambientais;

Tese D) O Ministério Público pode requisitar diretamente ao oficial de registro competente a averbação de informações alusivas a suas funções institucionais.

[AgInt na Pet no REsp 1.586.943-SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 17.05.2022.](#)  
[DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO CONSTITUCIONAL DIREITO PROCESSUAL CIVIL \[...\]](#)

## SAÚDE SUPLEMENTAR

### Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

#### ANS estabelece teto para reajuste de planos de saúde individuais e familiares

Em 26 de maio, a ANS limitou em 15,5% o índice de reajuste para os planos de saúde individuais e familiares regulamentados (contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/98). O percentual é o teto válido para o período entre maio de 2022 e abril de 2023.

#### ANS divulga o 1º Relatório Trimestral da Ouvidoria em 2022

Em 12 de maio, a ANS divulgou a disponibilidade, no portal da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), do relatório da Ouvidoria da ANS relativo ao 1º trimestre de 2022. O estudo apresenta detalhes sobre as manifestações recebidas e sobre outras atividades desempenhadas pela equipe da Ouvidoria da ANS.

#### ANS completa quadro de diretores efetivos

Em 19 de maio, a ANS informou que completou seu quadro de diretores efetivos com a posse do médico Jorge Aquino na última segunda-feira, 16/05. A diretoria colegiada da ANS passa a ter, então, a seguinte composição: (i) Paulo Rebello – diretor-presidente e diretor de Gestão; (ii) Eliane Medeiros – diretora de Fiscalização; (iii) Maurício Nunes – diretor de Desenvolvimento Setorial (iv) Alexandre Fioranelli – diretor de Normas e Habilitação dos Produtos; (v) Jorge Aquino – diretor de Normas e Habilitação das Operadoras.

#### ANS inclui sete novas tecnologias no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde

Em 19 de maio, a ANS incluiu cinco medicamentos e dois testes de sete tecnologias no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

[...] Destaque: A comunidade indígena cuja posse fundiária é questionada em ação de nulidade de demarcação tem o direito subjetivo de ser ouvida no processo, na qualidade de litisconsorte passivo necessário.

[REsp 1.913.638-MA, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 11/05/2022. \(Tema 1108\) DIREITO ADMINISTRATIVO.](#)

[Tema: Improbidade. Contratação de servidor temporário sem concurso público. Lei local. Autorização. Dolo. Afastamento. Tema 1108.](#)

Destaque: A contratação de servidores públicos temporários sem concurso público, mas baseada em legislação local, não configura a improbidade administrativa prevista no art. 11 da Lei n. 8.429/1992, por estar ausente o elemento subjetivo (dolo), necessário para a configuração do ato de improbidade violador dos princípios da administração pública.

# TELECOMUNICAÇÕES

## Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

### Anatel publica Relatório Anual de Gestão de 2021

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou a edição 2021 do Relatório Anual de Gestão da Agência. O documento foi elaborado em conformidade com os princípios da Estrutura Internacional de Relato Integrado e orientações do Tribunal de Contas da União (TCU). O relatório apresenta o balanço das principais ações e resultados obtidos pela Agência no exercício, além de destacar o cumprimento das políticas públicas do setor e dos instrumentos de planejamento da Anatel.

### Anatel inicia tomada de subsídios sobre EILD

A Anatel iniciou em 05 de maio tomada de subsídios com o objetivo de coletar informações relacionadas à reavaliação da regulamentação de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), em especial a aprovada por meio da Resolução nº 590/2012. A Tomada de Subsídios nº 4 receberá contribuições e sugestões até 6 de junho de 2022.

### Anatel abre Consulta nº 31 para instalação de antenas de TV Aberta

A Anatel receberá, até 1º de julho, contribuições da sociedade para a proposta de Requisitos Técnicos de Condições de Uso de Radiofrequências para os Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão.

### Anatel inicia consulta pública sobre instalação de antenas perto de aeroportos

A Anatel publicou, em 23 de maio, a Consulta Pública nº 36, sobre os requisitos que deverão ser observados pelas prestadoras de telefonia móvel na instalação de suas estações para operação da tecnologia 5G, na sub Caixa de 3.300 MHz e 3.700 MHz, em áreas próximas de determinados aeroportos.



ProAfR no REsp 1.959.623-RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 22/02/2022, DJe 06/05/2022. (Tema 1148)  
**DIREITO ADMINISTRATIVO.**

Tema: A Primeira Seção acolheu a proposta de afetação dos REsp 1.959.623/RS, 1.960.255/RS e 1.964.456/RS ao rito dos recursos repetitivos, a fim de uniformizar o entendimento a respeito das seguintes controvérsias:

- 1) Legitimidade passiva da concessionária de energia elétrica ao lado da ANEEL e da União para as demandas em que se discute sobre a legalidade dos regulamentos expedidos pelo Poder Público a respeito de parcela dos objetivos e parâmetros de cálculo das quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE
- 2) Mérito atinente à legalidade dos regulamentos expedidos pelo Poder Público a respeito de parcela dos objetivos e parâmetros de cálculo das quotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

## ENERGIA

### **Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP)**

#### **Diretoria da ANP aprova resolução sobre definição e enquadramento de campos e acumulações marginais**

A Diretoria Colegiada da ANP aprovou em 12 de maio resolução sobre a definição e o enquadramento de campos e acumulações de petróleo e gás natural que apresentem economicidade ou produção marginal.

#### **ANP faz audiência sobre adequação das normas de qualidade do etanol hidratado à venda direta**

Em 13 de maio, a ANP realizou audiência pública sobre alterações em três resoluções relacionadas ao controle de qualidade do etanol hidratado: Resoluções ANP nº 9/2007, nº 19/2015 e nº 828/2020.

#### **ANP faz audiência pública sobre prorrogação de prazos da fase de exploração**

AANP realizou em 16 de maio audiência pública sobre proposta de resolução que dá às empresas detentoras de contratos para exploração e produção de petróleo e gás a possibilidade de prorrogação, pelo período de 18 meses, de prazos da primeira fase desses contratos, que é a de exploração.

#### **ANP publica orientações para a submissão de programas de descomissionamento onshore**

Estão disponíveis no site da ANP orientações para as empresas apresentarem programas de descomissionamento para campos produtores onshore (terrestres). O objetivo é alinhar o entendimento entre ANP e empresas contratadas em relação a questões que envolvem a apresentação do Programa de Descomissionamento de Instalações (PDI) de campos terrestres, atendendo à Resolução ANP nº 817/2020.

## ***Tribunal de Contas da União***

### TCU autoriza desestatização da Eletrobras

Em 18 de maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, sob a relatoria do ministro Aroldo Cedraz, por sete votos a um, autorizar o governo federal a dar continuidade ao processo de desestatização da Eletrobras.

### TCU acompanha transparência das eleições de 2022 por meio de auditoria em seis etapas

Em 18 de maio, o vice-presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, comunicou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) implementou melhorias na transparência do processo eleitoral a partir de recomendações e apontamentos da Corte de Contas.

### Tribunal define novo modelo de controle de contas com foco no orçamento

O Tribunal de Contas da União (TCU) adotou novas regras para prestação de contas da administração pública federal, conforme a Decisão Normativa-TCU 198/2022, que consolida a Instrução Normativa 84/2020.

## **Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)**

### ANEEL divulga Relatório de Classificação de Barragens

A Aneel coloca à disposição dos interessados o relatório de Classificação das Barragens – Ciclo 2021 que contém 1.382 barragens. O trabalho tem como base as informações fornecidas pelos agentes que enviaram o Formulário de Segurança de Barragens (FSB) para a Agência, além dos dados obtidos em ações de fiscalização executadas pela ANEEL.

### Leilão de Transmissão 01/2022, com investimento previsto de R\$ 15,3 bilhões, é confirmado para 30 de junho

Em 24 de maio, foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Aneel, o edital do Leilão de Transmissão nº 1/2022, a ser realizado pela ANEEL em 30 de junho na sede da B3 em São Paulo. Serão licitados na ocasião 13 lotes para a construção e a manutenção de 5.425 quilômetros de linhas de transmissão e de 6.180 megavolt-ampéres (MVA) em capacidade de transformação de subestações.

### Projeto de governança de sandboxes tarifários envolvendo 32 distribuidoras é aprovado

Em 17 de junho, foi autorizado pela Diretoria Colegiada da Aneel projeto-piloto de Pesquisa e Desenvolvimento para governança de sandboxes tarifários, proposto pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) em cooperação com 31 distribuidoras. Com a decisão, já podem ser iniciadas as atividades de gestão, organização e acompanhamento de resultados de sandboxes tarifários nas cinco regiões do Brasil, com empresas de diferentes portes e grupos econômicos

### Regulamentação sobre reforços e melhorias nas instalações de transmissão é aprimorada

Em 17 de maio, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou o aperfeiçoamento da regulamentação associada a reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica e propostas de aprimoramento normativo associadas.

## Opinião

---

Cripto: revolução arbitragem regulatória

Decreto 11.072/2022: gestão do desempenho ou cavalo de troia?

Câmara aprova MP do Voo Simples e mantém bagagem gratuita em voos

A Lei 14.210/21 e as decisões coordenadas

Decretos legislativos podem quebrar contratos?

Demagogia regulatória e regulação demagógica

Funding Climate Change Efforts

Public Access to Agency Adjudicative Proceedings

## Publicações

---

Direito Administrativo: O Novo Olhar da LINDB - Carlos Ari Sunfeld

Estudos Antirromânticos sobre Controle da Administração Pública - Eduardo Jordão

O ato administrativo praticado por entidades privadas na atividade econômica - Rafael Augusto Silva Domingues

# SANEAMENTO

## Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

---

### ANA publica novas regras para segurança de barragens para usos múltiplos de água

Em 13 de maio, a ANA publicou a Resolução nº 121/2022, que altera a Resolução nº 236/2017 e se aplica quanto à segurança das barragens fiscalizadas pela ANA, que são aquelas para usos múltiplos de águas em rios de domínio da União – interestaduais – e que não são usadas para geração de energia hidrelétrica.

Além disso, a Resolução ANA nº 121/2022 apresenta o detalhamento necessário para as Inspeções de Segurança Regular (ISR) e Especial (ISE) dos empreendimentos fiscalizados pela Agência, a Revisão Periódica de Segurança de Barragem (RPSB), o Plano de Ação de Emergência (PAE) e o Plano de Segurança da Barragem (PSB).

Esses elementos constam da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Segundo a nova resolução, o Plano de Segurança da Barragem só será considerado completo quando seu conteúdo estiver de acordo com o Anexo II da Resolução nº 121/2022.

### Belo Horizonte e Curitiba registram aumento da carga do novo coronavírus em seus esgotos

Em 20 de maio, a Rede Monitoramento COVID Esgotos publicou Notas de Alerta sobre a detecção do aumento da carga do novo coronavírus nos esgotos das cidades de Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR). O crescimento foi avaliado nas semanas epidemiológicas 18 a 20 deste ano, no período de 1º a 19 de maio. O estudo aponta que a elevação da carga viral nos esgotos das capitais, mineira e paranaense, acompanha os números de novo casos nesses estados.